

GERALDO SANTOS PEREIRA

SENTENÇA DE VIDA

R o m a n c e

BELO HORIZONTE

1999

“Ninguém jamais censurou a injustiça, ou louvou a justiça, senão pelas glórias, honras e benefícios que desta última advêm. Nunca houve quem descrevesse adequadamente, quer em verso, quer em prosa, os efeitos que uma e outra produzem por sua própria virtude quando estão ocultas na alma de quem as possui e ignorada dos deuses e dos homens; nem mostrasse que, de todas as coisas que um homem pode albergar no seu interior, a justiça é o maior dos bens e a injustiça, o maior dos males”.

PLATÃO

“A REPÚBLICA”

PRIMEIRA PARTE

“JUDEX, JUDICIS”

No dia em que completei setenta anos de idade, fui assaltado por um sentimento de melancolia e frustração, pois aquele aniversário significava o triste e irremediável fim de minha carreira de magistrado, por culpa de um dispositivo de lei que considero injusto e cruel. Aposentar compulsoriamente um homem em perfeitas condições de saúde física e mental é uma perversidade que a legislação comete contra o servidor público, perversidade contra a qual, no entanto, nada podemos fazer.

Os que defendem a “lei-guilhotina” argumentam que a aposentadoria compulsória aos setenta anos abre espaço para os mais jovens no serviço público. Isto é verdade, mas uma verdade que sacrifica a experiência, a sabedoria e a competência que os mais velhos adquirem na prática continuada da profissão.

Naquele aniversário, exatamente à meia-noite, afastei-me do exercício da judicatura, que pratiquei por quarenta e dois anos como Juiz de Direito e Desembargador em Minas Gerais.

Aquele foi o mais triste aniversário de minha vida. Minha mulher e os sete filhos tentaram confortar-me, dando-me presentes, cantando o “Parabéns pra Você”, recordando episódios alegres, e até engraçados, de minha longa militância na Justiça de Minas. Tudo inútil, entretanto. Eu estava triste, mergulhado nas recordações de uma carreira que sempre procurei exercer com probidade e correção.

Estando já no limiar daquela misteriosa região, “*undiscovery country*”, como escreveu outro Juiz que passou, como eu, pela mesma e triste situação da aposentadoria compulsória, também experimentei a sensação de cruzar as fronteiras onde tudo se extingue: o amor, o ódio, o orgulho, a vaidade, o poder, a riqueza, a ambição, as palavras, o pensamento e os sentimentos que, neste relato, serão mencionados, embora sinteticamente.

Sempre ambicionei ser magistrado. Desde os tempos de Faculdade, o vocábulo Juiz, “*judex, judicis*”, “aquele que julga”, adquiria em meu espírito uma auréola de dignidade e respeito.

Ao me aposentar, fiz um exame de consciência, recapitulei aqueles quarenta e dois anos de serviços à Justiça e nada encontrei que me desabonasse como juiz, profissão de que me orgulho muito.

Quando me formei em Direito, compreendi que ser juiz sempre fora minha maior aspiração. Jovem ainda, certamente eu ignorava como é árdua e difícil a missão judicante, e quanto de renúncia, sacrifícios e privações ela exige. Com o

passar do tempo, compreendi que ela tem muito de apostolar e episcopal, justificando a razão de ser denominado *episcopo*, entre os gregos e os romanos, o antigo magistrado.

Nos primeiros anos de minha atividade de servidor da Lei e do Direito, pude avaliar como era lúcida e verdadeira a advertência de São Paulo, na Epístola a Timóteo, de que “a têmpera moral dos Bispos se deve forjar de três principais virtudes: fortaleza, caridade e prudência”.

“Deus - ensinava o grande apóstolo - não nos deu o espírito de pusilanimidade, de maldade e descomedimento, mas o de fortaleza, de caridade e prudência, colocando a caridade, a rainha de todas as virtudes, entre as outras duas, como um elo de ouro, ligando-as entre si para que não se separassem, pois que a fortaleza sem prudência seria pusilanimidade”.

Tanto quanto para os bispos, fui sentindo que também para os juizes essas três virtudes são igualmente fundamentais. E tenho para mim que foi sob a inspiração da advertência do apóstolo São Paulo que Rui Barbosa escreveu, certa vez, estas palavras candentes:

“Medo, venalidade, subserviência, interesse supremo, razão de Estado, como quer que te chames, prevaricação judiciária, não escaparás ao ferrete de Pilatos. O bom ladrão salvou-se. Mas não há salvação para o juiz covarde”.

Guardo também, em minha memória, este ensinamento de Santo Tomás de Aquino: “Pertence também à ordem do universo a ordem da Justiça, que exige sejam punidos os que pecam. E segundo isto, Deus é o autor do mal que há na pena, mas não do mal que há na culpa”.

Também me recordo das palavras de Piero Calamandrei, fazendo o elogio do juiz:

“Não conheço missão que exija, mais do que a do magistrado, o senso firme de uma dignidade máscula. Esse senso lhe impõe o dever de procurar só na sua consciência, e não nas ordens de outrem, a justificação da sua maneira de agir, da qual ele deve assumir, de rosto descoberto e de modo pleno, toda a responsabilidade”.

Quando leio críticas ao Poder Judiciário, composto de homens, e não de santos, sujeito, portanto, a cometer erros e até injustiças, lembro-me daqueles que, como Rui, Bevilaqua, Pedro Lessa, Nelson Hungria e tantos outros, o defenderam e exaltaram. E recordo a frase contundente de Ihering: “A força de um povo corresponde à força de seu sentimento jurídico. Cultivar o sentimento do Direito na nação é, portanto, cultivar o vigor e a força do Estado”.

“A justiça é expressão do direito, como o direito é condição da ordem, como a ordem é garantia da liberdade. Não há função mais elevada e digna do que a do juiz, pois que dele depende a tranqüilidade social, a honra, o patrimônio econômico e, às vezes, até a vida de seus condidadãos” - escreveu José Alcides, um juiz mineiro que honrou a Justiça.

Guardei essas definições como preciosos ensinamentos e por eles me deixei influenciar dominadoramente. No altar da minha consciência jurei servir à Justiça

com firmeza, aplicando o Direito com prudência, sinceridade e caridade no sentido do bem comum.

Durante vinte anos fui Juiz de Direito em três comarcas do interior e na capital do Estado de Minas Gerais. Não as nomeio por discricão, ou, talvez, mais acertadamente, por prudência, pois alguns dos acontecimentos que irei relatar envolvem, certamente, pessoas vivas, ou alguns de seus descendentes.

Sempre achei que um juiz, como um sacerdote, deve guardar sigilo sobre pessoas e fatos que chegam, como acusados, à alçada judicial. Será sempre preferível que o memorialista exalte aquelas pessoas que procederam honestamente em acontecimentos que exigiram a interferência da Justiça, guardando sigilo sobre aqueles que cometeram delitos ofensivos à ética, ao bem-comum, à Lei e ao Direito.

O nome daqueles que procederam sem intenção dolosa, trilhando caminhos menos retos de conduta humana, será, neste relato, mantido no anonimato. Usarei, quase sempre, nomes fictícios para personagens de alguns fatos que considero relevantes em minha carreira, fatos ocorridos nas quatro cidades onde atuei, inicialmente, como Juiz de Direito e, depois, como Desembargador.

Em meu escritório residencial de juiz, cheio de livros e processos para exame e deliberação, conservei sempre uma velha foto de Clóvis Beviláqua, mestre insuperável, autor desta frase lapidar: "A sociedade não pode viver sem o equilíbrio dos elementos que a compõem, e para manter esse equilíbrio foi criado o Direito".

Mas, como Clóvis, sempre achei que o Direito não é fim em si mesmo, e, sim, instrumento de ordem jurídica a serviço da harmonia social, tendo finalidade humana por dirigir-se às exigências do bem comum.

Não só a Lei, mas a Lei e a função judicial é que dão ao povo o seu Direito. Dependem muito de juristas e juizes a ordem social, o bem da comunidade e a justiça social, cabendo-nos, portanto, deveres imensos e graves responsabilidades. Não nos esqueçamos da séria advertência de Rui Barbosa: "Não há tribunais que bastem para abrigar o Direito, quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados".

Também é justo recordar-se da advertência de que "praticar a injustiça é um crime; mas há um crime tão grande como este ou ainda maior: é ter medo de praticar a justiça", e de que "há mais coragem em ser justo correndo o perigo de ser injusto, do que ser injusto para salvar a aparência da justiça", como afirmou Colamandrei.

Na primeira cidade onde fui Juiz durante nove anos, tive revezes e sucessos, alegrias e tristezas, dirigindo processos e proferindo sentenças em muitas ações cíveis e criminais, como, entre outras, anulação de venda de terras de pai a filho; reivindicação de imóvel, com apreciação do instituto de usucapião, desquite, suspensão do pátrio poder, esbulho, alimentos provisionais, ação reintegratória,

cobrança de honorários médicos, pauliana, crimes de falência fraudulenta, de estelionato, abigeato, furto e roubo, estupro, etc.

Exercendo a judicatura em cidade do interior, onde os moradores se conhecem e muitos são ligados por laços de parentesco, é freqüente o Juiz de Direito atuar em processos que envolvem pessoas destacadas da vida social, política e econômica do município.

De algumas, ou, talvez, de muitas pessoas, o juiz recebe pressão velada, ou acintosa, por estarem envolvidas em questões submetidas ao seu exame e decisão. Compete-lhe, no entanto, manter intransigente isenção na hora de julgar, recusando toda tentativa de influência em sua sentença.

Sempre achei, como juiz e, depois, como desembargador, que a única influência permitida em nossas decisões é a da Justiça, do Direito e da Lei. Lutei por isso, repudiei tentativas de pressão e de suborno. Em determinada comarca onde fui juiz, dei imediata ordem de prisão a um advogado que ofereceu suborno se meu julgamento lhe favorecesse o cliente.

Recordo-me de que uma das mais destacadas ações que me foram submetidas na primeira comarca onde trabalhei, referia-se a um caso de livramento condicional, envolvendo personalidade destacada no município.

Ei-lo, em resumo.

Um senhor foi nomeado coletor estadual da cidade e, em pouco tempo, se tornou figura de relevo no meio social, por sua simpatia pessoal, afabilidade de trato e prestimosidade cativante. Era muito estimado e gozava de alto conceito. Mas, para manter esse prestígio, passou a valer-se do dinheiro da coletoria. Apurado o desfalque, foi processado na forma legal, condenado e recolhido à prisão.

Cumprida mais da metade da pena, requereu-se em seu favor o benefício legal do livramento condicional.

Dediquei-me, com esforço e cuidados, àquele caso pelas circunstâncias especiais que o cercavam e, afinal, deferi o pedido e concedi o livramento por estes fundamentos principais: o objetivo precípua e humanitário do instituto de política criminal que o Decreto nº 16.665, de 6 de novembro de 1924, criou e o Código Penal consagrou, é o estímulo aos sentimentos bons dos presidiários, indicativos de regeneração e, conseqüentemente, readaptação ao meio social de que foram afastados.

Esses bons sentimentos o acusado já os revelara antes da prisão e durante mais de metade da pena imposta, por atos positivos e expressivos, conforme manifestações de pessoas idôneas e atestados firmados por autoridades, demonstrando sua resignação, suas atitudes respeitadas e submissas, vontade de ser prestativo e, em suma, seu reerguimento moral e desejo de ainda ser útil à sociedade. Tudo isto, afinal, levou-me à convicção de que o liberando bem merecia o favor da lei. Concedi o livramento condicional e o réu, em pouco tempo, recuperou o apreço e a estima gerais. Foi o primeiro livramento condicional concedido em Minas Gerais.

Outro caso também envolveu conhecido e prestigioso médico local, autor de ação executiva de cobrança de honorários médicos contra o espólio de uma senhora.

Foi uma questão complicada, envolvendo advogados, processo de arbitramento, penhora, embargos, alegações, contradições, etc.

Uma das principais alegações do espólio referia-se ao fato do Autor ter sido chamado apenas duas vezes para prestar os seus serviços, residindo muito próximo à residência da enferma.

Minha sentença, uma das primeiras que prolatei naquela comarca, teve diversos “considerandos”, com citações do Código Civil, Código do Processo Civil, de juristas como Alcântara Machado, autor do livro “Honorários Médicos” e, evidentemente, trazendo a análise detalhada do processo e seus desdobramentos.

Considerarei, a certa altura, que o arbitramento prévio, e em forma legal, valia por título de dívida líquida e certa, até prova em contrário, e que o relatório do médico deveria ter sido elaborado sob juramento ou afirmação judicial de sua exatidão.

Como premissa, aleguei que, quanto mais numerosas as visitas à enferma, tanto mais módico no cobrar deveria ser o médico.

Julguei procedente, apenas em parte, a ação e condenei o espólio a pagar a metade da quantia exigida, bastante elevada à época, e determinei que se fizesse a redução da penhora, de modo que ficassem sob penhora somente bens que bastassem para o pagamento do principal e acessórios.

Foi na segunda comarca, de entrância superior à primeira, em cidade situada perto da divisa com São Paulo, que coloquei à prova todos meus conhecimentos e onde adquiri maior experiência como magistrado.

E onde, na verdade, também enfrentei, em quantidade e relevância, processos judiciais mais complexos e de difícil decisão, pois além do administrativo, o contencioso era absorvente e demandava estudo redobrado.

Era uma comarca trabalhosa, na qual proferi sentenças em ações de imissão de posse, executiva de sociedade em nome coletivo, ação pauliana, ação declaratória, ação de reivindicação, ação de exibição, indenização, seqüestro, estupro, incesto e muitas outras.

Lembro-me de uma ação de anulação de casamento, e vou narrá-la por afigurar-se incomum o seu fundamento principal.

Naquela ação, o marido, pessoa popular na cidade, após o seu casamento, não conseguiu manter relações sexuais com sua mulher, por ela possuir vagina infantil.

Fez-se exame pericial e ficou comprovada a alegada anormalidade física. A anulação do casamento se impunha, pois. Interposto recurso “ex-offício”, o Tribunal de Justiça confirmou, por unanimidade de votos, a sentença que proferi no interessante e raro processo judicial.

Outro caso, mais difícil e polêmico, obrigando-me a aprofundados estudos e reflexões, teve início com o recebimento de carta precatória, expedida por juiz da

capital de São Paulo, pedindo a apreensão de determinada menor e fazê-la seguir para lá, onde seria entregue à mãe.

Ao providenciar o cumprimento da precatória, fiquei sabendo, inclusive pela própria menor e por seus pais adotivos e de criação, que a mãe legítima tinha sido prostituta, ficara grávida e entregara a criança, após o nascimento, ao referido casal que a criara devotadamente como filha, dando-lhe boa educação.

Informaram-me, igualmente, que a referida mulher fora para São Paulo e lá se casara com um padeiro português e, doze anos depois de abandonar a filha, teve outra filha, lembrando-se da primeira, já com doze anos de idade e, portanto, em condições de ajudá-la na criação da segunda. Daí o requerimento da precatória para apreensão da menina.

Diante dessa real situação, e após muita ponderação, devolvi a carta precatória, sem dar-lhe cumprimento, mas expondo as razões porque assim procedia.

Dias mais tarde recebi outra precatória do mesmo juiz. Em seu conteúdo, tanto ele como o advogado, claramente irritados, exprobaram meu procedimento e ameaçaram denunciar-me ao Tribunal de Justiça.

Perplexo e, momentaneamente indeciso, fiz vir à minha presença a referida menor e lhe comuniquei que, infelizmente, ela teria que ir para a companhia da mãe.

A reação da menina foi comovente: em prantos, ela se ajoelhou e me rogou pelo amor de Deus que não lhe fizesse esse mal, que não conhecia a tal mulher que se dizia sua mãe, que sua verdadeira mãe era Dona Ângela, que a criava, educava e lhe dava profundo amor maternal.

Devo confessar que esse caso agitou particularmente meu espírito e me perturbou o coração. Afundei-me no estudo, pesquisando a doutrina e a jurisprudência. E, de tudo, me ficou a certeza de que ao *pátrio poder* sobreleva, quase sempre, o *pátrio dever*, e que sobre lei e código deve prevalecer, às vezes, o velho preceito romano, segundo o qual "*littera occidit, spiritus vivicat*".

Amadurecida minha decisão, devolvi novamente a carta precatória, com ponderadas e relevantes razões de direito e humanidade. Fiquei aguardando, com resignação, o resultado da ameaça do juiz da precatória. Pareceu-me, contudo, que ele e o advogado se conformaram com as razões que expendi, pois que se fez completo silêncio a respeito, e nada me aconteceu.

O trabalho e o estudo, naquela movimentada comarca, continuaram cada vez mais intensos, chegando a causar-me estafa mental que me obrigou a afastar-me do serviço por dois meses, em repouso absoluto.

Retornando ao trabalho, outro episódio, também de conteúdo familiar, deixou-me forte impressão e ainda me emociona toda vez que o relembro. Vou narrá-lo.

Certo dia, fui procurado em meu gabinete por um senhor idoso que me disse haver nascido naquela, mas residindo agora no Rio de Janeiro, onde possuía uma chácara em Jacarepaguá.

Informou-me que um filho seu, já falecido, tivera relações com certa mulher da cidade, de que resultou um filho, agora talvez com cinco ou seis anos de idade, que ele desejava levar para o Rio, criá-lo e educá-lo convenientemente, como filho lhe havia pedido, antes de morrer. Alegou, finalmente, para justificar o pleito, que a mãe do menino era mendiga e vivia pelas ruas pedindo esmolas, acompanhada pelo filho.

Bem impressionado com suas intenções, chamei o Oficial de Justiça e o encarreguei de resolver amistosamente o caso. Mas tal não aconteceu, pois, horas depois, o serventário informou-me que a mãe do menino se negava, firmemente, a atender aos meus apelos e do avô da criança.

Apesar do trabalho de insistência junto à mendiga, ela não cedeu. Outras preocupações me fizeram, durante alguns dias, esquecer do caso.

Voltei à rotina, mas, certo dia, aconteceu-me um fato surpreendente: quando eu me dirigia, em companhia do Promotor e de um advogado para uma cidade próxima, que era termo anexo da comarca, onde me cabia presidir às sessões do Júri, o trem da estrada de ferro parou numa localidade vizinha.

Observei, então, que entrou no carro em que eu me encontrava, um senhor conduzindo um menino e se dirigindo apressadamente ao carro de segunda-classe.

Avistei, logo a seguir, pela janela, uma mulher de olhos arregalados, denotando intensa aflição, procurando alguém no interior do trem.

Quando a composição se pôs em lento movimento, a mulher quis entrar e se atirou pela pequena escada do vagão, caindo entre um e outro.

Houve gritos e a composição parou imediatamente. Lembrei-me, então, da mãe e de seu filho e corri ao carro da segunda-classe, onde avistei, em um banco, o senhor idoso e o neto, encolhidos e amedrontados.

Impressionado com o que eu presenciara, aproximei-me do raptor, censurei-lhe o procedimento, tomei-lhe o menino e, no mesmo dia, o restitui à pobre mãe que, felizmente, não morrera, tendo apenas sido vítima de ferimentos.

Não posso deixar de confessar que, para mim, o tocante e o emocionante daquele fato estavam na circunstância de que o seu triste desfecho se dera, exatamente, em minha presença, como que para me fazer saber, e nunca esquecer, que não se deve separar, contra sua vontade, mãe e filho.

A partir daquele episódio, sempre tive o máximo cuidado ao examinar questões judiciais que envolviam pais e filhos, separação, desquite (no tempo em que fui juiz não havia ainda divórcio), pátrio poder, custódia de filho, etc.

Recordo-me de uma frase de Bertrand Russell em seu livro “O Casamento e a Moral”: “Atualmente, a família é importante mais pelas emoções que proporciona aos pais do que por qualquer outra razão”.

Esta reflexão me conduz a outro importante e complexo caso judicial que igualmente envolveu questão familiar, ocorrido também na segunda comarca onde trabalhei.

Era um caso escabroso, referindo-se a relações anormais de um pai que estuprou e mantinha relações sexuais com a própria filha, que não havia completado quinze anos de idade.

O pai, um sitiante de quase sessenta anos de idade, ficara viúvo, na companhia da filha única que dormia, desde criança, em sua própria cama, fato que lhe facilitou o estupro e o incesto continuado.

Denunciado e indiciado, foi metido na prisão, à espera de julgamento

Feito o exame pericial, constatou-se o crime nefando e sua autoria ficou provada. Autoria material, é bem verdade, pois a autoria moral, vale dizer, a imputabilidade, envolvendo um problema biológico, cabia ao psiquiatra fixá-la.

O professor Sá Pereira, citando Zurcher, chegou a dizer que “na solução de tal problema, o juiz se apaga diante dos peritos”.

Mais do que o aspecto do crime importa o exame do delinqüente, porque, dando a conhecer sua personalidade, orienta-se a terapêutica penal. E tão relevante parece o laudo biológico da questão da delinqüência que Jimenez Asua chegou a preconizar a adoção de médicos sociais em vez de magistrados, peritos em Direito.

No caso em questão, o laudo pericial provou ser o acusado portador de uma psicopatia constitucional, acarretadora de debilidade da vontade e, em consequência, com sua capacidade de imputação dirimida, o que significaria não ser o pai incestuoso autor moral do monstruoso fato referido no processo.

Mas, por ser inimputável e, portanto, impassível de pena, segue-se que a sua liberdade se impunha como única medida legal aplicável.

Declarei, em minha sentença, que o mais alto objetivo da justiça criminal é a defesa social. Daí a repartição da ação, nos modernos Códigos Penais, em dois campos: o da repressão e o da prevenção. No primeiro são instalados os imputáveis e, no segundo, os inimputáveis. Àqueles se aplicam penas e, contra estes, se tomam medidas de segurança.

Prossegui afirmando que, perigosos uns e outros, urgia deles resguardar-se a sociedade.

Estudando os psicopatas deveria o especialista também investigar a sua periculosidade, pois que uma de suas mais importantes funções “é definir a capacidade de adaptação dos mesmos ao meio social, no intuito de acautelar esse meio social de sua atuação maléfica, que a iminência delituosa daqueles indivíduos fazia prever e recear”, como escreveu Heitor Carrilho.

No laudo incluído nos autos, a periculosidade do acusado foi bem examinada à luz de um critério científico antro-psicológico, tanto assim que conclui opinando por sua reclusão.

Ouvidos acusador e defensor, em audiência de julgamento, inclinei-me em favor do recolhimento do acusado no Manicômio de Barbacena, desconsiderando o

parecer dos peritos que acharam preferível sua internação em Penitenciária agrícola, que não considere ser lugar apropriado para psicopatas e por não existir, àquela época, nenhuma Penitenciária daquele tipo em Minas Gerais.

Encerrando a sentença, reiterei a internação do acusado no Manicômio de Barbacena e sua filha em Reformatório de menores.

Não tive mais notícia dos infelizes protagonistas daquela anomalia que não é assim tão rara, pois, em Minas, como, de resto, em todo o Brasil, casos semelhantes ocorrem constantemente entre pais e filhas, ou entre filhos e mães.

Com certa semelhança com o caso acima relatado, fiquei conhecendo, naquela comarca, a estranha história de um homem de meia-idade, envolvido em caso típico de pedofilia.

O cidadão chamava-se Joel e ficou popular por vestir-se sempre com roupa escura, a cabeça pendendo para baixo e as mãos sempre fincadas nos bolsos.

Era extremamente lacônico e se hospedava sempre em um velho e desconfortável hotel, no qual fazia as refeições em mesa separada. Era, enfim, o que se poderia chamar de figura estranha, esquisitão, energúmeno.

Muita gente na cidade passou a vasculhar a vida particular daquele cidadão misterioso. E acabou descobrindo que, tempos atrás, se afastara da família e da cidade onde nascera por culpa de uma ligação escandalosa com uma adolescente de apenas treze anos de idade, a quem dedicava uma paixão absolutamente incompreensível, afrontando os rígidos princípios morais e religiosos da cidade provinciana.

Ninguém duvidava que, mais dia, menos dia, iria pagar caro pela tara pedofílica.

Os parentes da menina, gente humilde, juraram vingança, obrigando Joel a se mudar rapidamente de cidade, após declarar que não se casaria de forma alguma com a menina. Aplacou a fúria dos parentes com polpuda importância em dinheiro. E se mudou para a cidade onde eu era juiz, e na qual nenhuma ação legal foi interposta contra ele.

Certo dia, caminhando por uma rua da cidade, avistei-o pouco adiante. Levado pela curiosidade, resolvi segui-lo.

Vi que dobrou a esquina, caminhou por uma viela escura, cercada de casas humildes. Entrou numa delas, quase no fim do arruado.

Passei rapidamente pela casa, percebendo, de relance, que Joel fora recebido por uma mulher. Caminhei mais alguns metros e depois voltei, intrigado, lutando contra dois pensamentos conflitantes: um, que instava para que eu terminasse com aquela perseguição meio desatinada, e outro, menos prudente, espicaçando-me a curiosidade, animando-me a persistir na espionagem.

Não foi difícil descobrir a identidade da mulher, moradora naquela ruela. Um morador vizinho, cujo irmão trabalhava no Fórum, me reconheceu e, apesar de estranhar minha presença naquele local humilde, contou-me que Joel, o esquisitão solitário, freqüentava assiduamente aquela casa. Disse-me também que ficara sabendo que a mulher, muito jovem ainda, viera de uma cidade distante para

juntar-se ao amante, muito mais velho do que ela, provocando com isto uma antipatia generalizada, com moradores dispostos a aplicar-lhe um castigo moralizador.

Pedi a meu informante que tentasse demovê-los de qualquer ato de violência. E voltei à rotina de minha vida de juiz e cidadão.

Dias mais tarde fui procurado no Fórum exatamente por aquele homem estranho, que me narrou fatos insólitos de sua vida pessoal.

Lembro-me que, a certa altura, me disse com voz irritada:

- Sei perfeitamente, Excelência, que muita gente nesta cidade faz críticas acerbas e até enfurecidas à minha pessoa, com ameaças, inclusive, à minha integridade física. Ninguém tem nada a ver comigo, e nem a Deus presto contas de meus atos, pois Deus, se realmente existe, não deve perder tempo com estas ninharias. Mas já que tanta gente se preocupa com minha vida, vim esclarecer a Vossa Excelência, que é um juiz equilibrado, que aquela mulher, a quem me liguei, há vários anos, sofre de uma doença mental incurável. Não fosse meu desvelo e minha permanente assistência, já teria se matado.

Depois prosseguiu:

- Dedico-lhe amparo constante, integral devoção. Não devo nada a ninguém, vivo exclusivamente de meus proventos, não me envolvo em questões alheias e exijo que façam o mesmo comigo!

Estendeu-me a mão e partiu.

Dias depois a cidade despertou sob o impacto da notícia do suicídio de Joel e sua protegida.

Fui até a casa onde residiam, na rua humilde da periferia. Estavam estendidos na cama, enrijecidos pelo veneno. Tinham as mãos dadas e, em seu rosto, não descobri nenhum sinal de sofrimento.

Foi também na comarca onde exerci por mais tempo o cargo de Juiz de Direito que ocorreu um dos crimes mais impressionantes de que tenho notícia.

Vou narrá-lo para que os leitores fiquem conhecendo um exemplar assustador da Criminologia, ciência que engloba, como se sabe, diversos segmentos, como a sociologia criminal, a psicologia criminal, a biologia criminal, a biotipologia criminal e outros ramos desta importante matéria que faz parte da atividade judicial.

Vou relatá-lo provavelmente com palavras cruas e realistas. Peço, antecipadamente, que meus complacentes leitores me perdoem.

Começo por dizer que naquela segunda comarca onde fui juiz existia uma considerável população de origem italiana, como, aliás, acontece ainda hoje em boa parte da região limítrofe de Minas com São Paulo.

E foi um descendente de italiano, nascido em pequena cidade paulista, o protagonista do crime terrível que, durante algum tempo, horrorizou a população de toda a região.

Vou chamar o criminoso pelo primeiro nome, Aldo, homem de 40 anos de idade, baixo, atarracado, o rosto precocemente envelhecido, os cabelos grisalhos, portador de defeito crônico na perna esquerda que o fazia claudicar.

Trabalhava em uma oficina mecânica, especializada na parte elétrica de veículos. Era tido como um profissional competente, metido sempre num macacão imundo, caminhando e mancando de um lado a outro da oficina. Parecia não ter amigos e nunca ninguém o vira com mulher.

O dono da oficina, Bruno, também de origem italiana, era um homem corpulento, enérgico, exigente e temperamental, censurando, aos gritos, com palavrões, os empregados que lhe desrespeitavam as normas rígidas de trabalho.

Certo dia, inesperadamente, Bruno acusou Aldo de furto, dizendo que havia deixado sobre sua mesa, no escritório da oficina, determinada importância em dinheiro, em pagamento de serviços executado no carro de um cliente. Aldo, segundo informações de dois mecânicos, havia entrado no escritório para falar qualquer coisa ao patrão, que estava ausente.

- Não tolero ladrão e vou te mandar embora, coxo safado! – gritou Bruno ao empregado. - No fim do expediente acerto as contas com você! E fique feliz por não te denunciar à Polícia!

Aldo ouviu tudo, calado, e respondeu sem alterar a voz:

- Não sou ladrão! Nunca roubei nada de ninguém!

Nada mais disse e foi concluir o trabalho na parte elétrica de um carro.

Horas mais tarde, com a oficina vazia, desceu a porta de aço, apanhou um porrete, aproximou-se do patrão, distraído no escritório, e prostrou-o com forte pancada na cabeça.

Em seguida, carrancudo, o olhar denunciando uma vontade irredutível, arrastou-o e o amarrou fortemente numa cadeira. Depois caminhou entre carros, máquinas e petrechos de trabalho e foi abrir a porta de um automóvel, ligando o rádio em volume máximo.

Em seguida, sem pressa, o semblante enigmático, passou diante do patrão, que já havia recuperado a consciência e o fitava com susto e perplexidade, foi até a bancada de madeira, no fundo da oficina, apanhou um maçarico e retornou ao local onde mantinha preso o infeliz.

E ali, impassível, com vontade demoníaca, ligou o aparelho em uma tomada, acendeu a chama e esperou que alcançasse intensidade máxima.

Aproximou-se, então, de Bruno, revelando todo o plano diabólico.

Bruno, consciente, afinal, da terrível intenção do empregado, entrou em pânico e perguntou com voz trêmula:

- O que é isto, homem?! O que vai fazer? Ficou doido?!

Aldo nada respondeu. Aumentou a chama do maçarico, aproximou-a do rosto do infeliz que, àquela altura, gritava desesperado:

- Não faça isto, Aldo! Pelo amor de Deus! Tenho família! Não cometa esta barbaridade!

O mecânico, insensível ao apelo do patrão, aumentou ainda mais a chama do aparelho de soldar e começou a queimar-lhe os cabelos.

Bruno gritou com mais força, misturando a voz angustiada com a música estrepitosa de jazz americano, ouvida pelo rádio do automóvel.

- Não me mate, Aldo! Pelo amor de Deus, não faça esta crueldade! Não te mando embora, te faço sócio da oficina, com documento e tudo!

Mas o mecânico, indiferente à súplica desesperada do patrão, baixou a chama do maçarico, queimou-lhe a fronte, os olhos, o nariz e a boca, transformados em carne sangrenta.

Dominado pelo pavor, Bruno ainda gritou, mas de sua boca só saíram palavras roufenhas, infectadas de ódio:

- Filho...da pu...ta! Aleija...do... miserável!

Aldo, impedindo-o de articular outras palavras, queimou-lhe o pescoço e o peito. Mesmo assim o desgraçado continuou a emitir sons grotescos e desconexos. Depois morreu.

O mecânico apanhou os pertences, abriu a porta, que fechou ao sair, e desapareceu.

No dia seguinte, ao chegarem para o trabalho, os empregados da oficina, aspirando o forte cheiro de carne queimada, depararam com o quadro dantesco.

Dias depois o assassino foi preso próximo à fronteira de Minas com São Paulo. Trazido para minha comarca, foi levado a Júri diante de uma multidão que lotou o Fórum e toda a rua onde o prédio se localizava.

Estudei detalhadamente o caso, informando-me dos antecedentes do crime e do criminoso, examinando o bárbaro homicídio à luz da Criminologia e dos ensinamentos de seus melhores exegetas.

Lembro-me até hoje de alguns dos tópicos da sentença, que alguns consideraram de justa severidade, e da qual transcrevo alguns trechos:

“O réu é o *assassino-louco*, cujo crime hediondo é a manifestação de uma natureza degenerada, a que se refere Garofalo, “quaisquer que sejam as causas antigas ou recentes dessa degenerescência”.

“A ciência atual esforça-se por colocar em relevo os caracteres que diferenciam os criminosos entre si, e para fixar-lhes a individualidade física e psíquica no meio ambiente”.

“Recorro ao mestre Enrico Ferri que escreveu em uma de suas obras: “Uma idéia criminosa vem pouco a pouco do crepúsculo incerto da veleidade indistinta à *superfície da consciência* e, então, novo exemplo de transformação das forças, se não encontra no cérebro um freio, ou se, de qualquer maneira, o não enfrenta, manifesta-se, graças à cumplicidade do meio, por uma impulsão exterior e muscular, quando o sistema nervoso está atrasado, doente ou minado pela degenerescência”.

“Este foi o caso escabroso do assassino Aldo ao tramar e executar vingança diabólica contra o patrão. Em seu caso, além disso, o complexo provocado pelo

defeito físico foi elemento adicional ao impulso homicida, nascido da vingança contra o homem que o humilhara”.

“Amparei-me, a seguir, nas doutrinas de Kretschmer e Pende, na Itália; Sheldon, nos Estados Unidos; Bogomolets, na Rússia, relacionando estrutura corporal, doença mental, comportamento e personalidade anormais.

“O que mais espanta na personalidade desse criminoso frio e lacônico é a forma brutal e requintada com que eliminou a vida do patrão”, assinaei na sentença.

“Este assassino personifica o conceito criminológico de que crime e loucura “são dois ramos do tronco único da degradação humana, de onde provém ainda a tendência inata para o suicídio, além de todos os graus e formas de nevroses e psicoses”.

“Do ponto de vista psicanalítico, Aldo faz seguramente parte daqueles autores de crimes movidos por impulsos neuróticos: loucos, assassinos, cleptomaníacos, originados normalmente de um recalque excessivo”.

“Não hesito - conclui a sentença - em incluí-lo na galeria dos assassinos mais brutais da história, ao lado de Jack, o Estripador, Landru, Castruccio, Hitler e muitos outros”.

Foi condenado a trinta anos de prisão fechada. Antes de cumprir um ano de confinamento, foi assassinado com dezenas de facadas no corpo, em sua cela. Nunca se soube quem o matou.

Naquela segunda comarca de minha carreira fui vítima de gravíssima acusação, ferindo-me no que me era mais sagrado como juiz: a probidade e honradez.

Certa manhã espalhou-se pela cidade um panfleto acusando-me de haver recebido, à custa de órfãos, ricos presentes e opíparos banquetes. Além da perfídia nele contida, era gritante sua falsidade, e, por isso, sua ignomínia muito me magoou. Admiti até a hipótese de deixar a comarca e cheguei a dizer à minha mulher que nos preparássemos para a mudança.

Mas recebi confortadoras manifestações de protesto e desagravo. Ao chegar ao Fórum, naquele dia, todos os advogados, Promotor e serventuários foram ao meu gabinete de trabalho hipotecar-me solidariedade, protestando contra o panfleto anônimo.

No domingo seguinte, grande parte da população da cidade lotou a rua onde se localizava minha residência, fazendo-me manifestação de apreço e confiança, falando, em nome da cidade, o vigário, o prefeito e o promotor de justiça.

O boletim injurioso, como disse, era anônimo. Desconfiou-se, porém, de certa pessoa que fora contrariada em questão judicial de seu interesse. A cidade ficou sabendo que os ricos presentes eram um saco de laranjas e uma cesta de jaboticabas; o lauto banquete um simples almoço realizado na fazenda do tutor dos órfãos, com a presença de sua família, minha mulher e filhos.

Não procurei descobrir o autor do panfleto calunioso. A melhor resposta foram meu desprezo e a calorosa manifestação de solidariedade da população.

Esqueci o incidente e toquei a vida para frente. Anos depois fui promovido para outra comarca.

SEGUNDA PARTE

“PHARMACIA NOSSA SENHORA DAS DORES”

Minha nova comarca situava-se em distante região do Estado, onde fiquei por três anos. Apesar de ser comarca de entrância superior, seu movimento forense era bem inferior ao daquela cidade do Sul, onde exerci a judicatura por sete anos, e cujos fatos mais destacados acabei de narrar.

Com um contencioso de pouco movimento, naquela comarca proferi algumas sentenças sobre questões bem interessantes, quer em processos já em andamento, quer em outros iniciados após minha posse.

E foi nela que tomei conhecimento de um dos casos humanos mais pungentes de minha carreira. Mais do que testemunha, fui também, de certa forma, uma espécie de protagonista da tragédia humana que envolveu a família de um velho farmacêutico local, Altamiro de Almeida.

Formado pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, uma das mais antigas do Brasil, criada em 1839, Altamiro, com pequena herança, adquiriu a “*Pharmacia Nossa Senhora das Dores*”, localizada na praça principal da cidade, estabelecimento que ele ampliou e transformou na melhor, mais completa e popular da região, e cujo nome, com ortografia antiga, não quis substituir por respeito à tradição.

Era uma bela farmácia, com prateleiras de madeira de lei, protegidas por portas de vidro; grandes e coloridos garrafões, cuja função ninguém sabia, mas que todos admiravam pelo belo efeito decorativo.

Um grande balcão, também de madeira envernizada, separava a freguesia dos remédios e, nos fundos, do setor de manipulação. No centro, imponente e dominadora, a grande e velha máquina registradora que emitia o inconfundível som de campainha toda vez que sua gaveta era acionada pelo farmacêutico para guardar dinheiro e fazer troco.

Muita gente dizia que era uma das mais belas farmácias de Minas e do Brasil, digna de ser “tombada” pelo Serviço do Patrimônio.

O farmacêutico, Altamiro de Almeida, tinha muito orgulho de seu estabelecimento, que mantinha sempre e irrepreensivelmente limpo.

Fui seu cliente e, após encerrar o expediente no Fórum, passava por lá para um “dedo de prosa” com o farmacêutico e outros clientes, moradores de todo tipo: ricos, pobres, moços e velhos, principalmente velhos, em busca de remédios para suas mazelas. Era uma fauna humana pitoresca e diversificada, valorizando, e, muitas vezes, exagerando a gravidade de seus problemas orgânicos.

Altamiro não acreditava muito nas propriedades terapêuticas da homeopatia, apesar de reconhecer a importante contribuição da escola de Samuel Hahnemann,

cuja doutrina, gostava de repetir, “se assenta no aforismo *similia similibus curantur* (“os semelhantes se curam pelos semelhantes”).

Em sua farmácia, vendia produtos homeopáticos a uma clientela que ele chamava de “paciente, sem muita pressa para se curar”.

Nunca me esqueço de um velho professor aposentado, freguês assíduo da farmácia, onde ia buscar lenitivo para uma crônica dor de estômago.

Altamiro dava-lhe um determinado analgésico que ele obedientemente engolia, dizendo, pouco depois, feliz, que a dor “estava passando”.

Certo dia o farmacêutico me revelou, condoído, que ele tinha um câncer, mas que ninguém tinha a coragem de lhe dizer.

E ele voltava sempre, esperançoso, para buscar o “remédio milagroso da Nossa Senhora das Dores”, como se referia à farmácia.

Altamiro era mais idoso do que eu, tinha a cabeleira grisalha, o rosto marcado por rugas e uma melancolia que parecia exprimir um sofrimento íntimo que o levava, vez e outra, a alhear-se da conversa. Coisa que, devo confessar, me aborrecia, julgando que meu assunto não lhe interessasse. Só mais tarde fiquei conhecendo a causa da melancolia do farmacêutico.

Tinha três filhos, dois homens e uma mulher. Sua esposa, Dona Diva, freqüentava diariamente a Igreja-Matriz da cidade, próxima ao Fórum, e cujo pároco, Monsenhor Bertoldo, exercia sobre ela uma forte influência religiosa, obrigando-a a contínuas penitências, cuja motivação descobri tempos depois.

O filho mais velho, José Francisco, nome do avô paterno, deveria ter, à época, uns trinta e cinco anos de idade, e não se formara em curso superior. Era alto, forte, com voz gutural que denotava vigor físico e personalidade ciclotímica, capaz de conquistar amigos pela alegria, afabilidade e um jeito especial de contar anedotas, algumas vezes meio impróprias, e, por outro lado, capaz também de inesperadas explosões de cólera quando alguma coisa o contrariava.

José Francisco trazia preocupação aos pais, pois tinha uma tendência irresistível para maus negócios e associação com pessoas de reputação duvidosa, deixando dívidas que o pai constantemente quitava.

Marco Aurélio era o outro filho de Altamiro e dona Diva. Era o oposto de José Francisco: meio caladão, franzino, de olhos vivos e brilhantes, apegado ao estudo e à leitura dos livros de uma diversificada biblioteca que ele, aos poucos, foi formando com a mesada que o pai lhe dava, e na qual se viam obras sobre socialismo, escritas por Karl Marx, Engels, Lenin e outros pontífices da doutrina que imperava na União Soviética.

Marquinhos, como era chamado na cidade, possuía inteligência privilegiada e cultura bem acima da média. Estava no último ano da Faculdade de Filosofia e Letras que funcionava na cidade, era seu melhor aluno e escrevia semanalmente crônicas e artigos no jornal da cidade, um dos mais antigos do interior do Estado.

Quando Marco Aurélio começou a freqüentar a casa de um ex-professor da Faculdade, ativista e chefe, na cidade, do que se chamava, à época, “célula estudantil” do Partido Comunista, Altamiro começou a temer pelo futuro do filho.

Homem de convicções doutrinárias menos avançadas, o que inquietava o farmacêutico era menos a ideologia do filho do que o endurecimento do regime implantado no Brasil por Getúlio Vargas em 1937, instaurando o Estado Novo, de feição caracteristicamente fascista, decretando a dissolução dos partidos, amordaçando os tribunais, inaugurando violenta repressão policial tanto a comunistas, como a integralistas e democratas.

Em várias cidades brasileiras eclodiram violentos conflitos entre a polícia, comunistas e seguidores de Plínio Salgado, além de choques entre “fascistas e soviéticos”, inimigos irreconciliáveis.

Num desses conflitos, Marquinhos foi agredido por um camisa verde, sujeito de maus-bofes, que lhe quebrou o nariz, causando indignação à família

No dia seguinte o integralista foi encontrado, num canto da cidade, com o corpo moído por violentas pauladas desferidas por José Francisco e seus amigos.

Chego agora, finalmente, à Márcia, que todos conheciam, e estimavam, pelo diminutivo de Marcinha, a caçula dos Almeidas, moça linda, com dezessete anos de idade, nascida naquela cidade onde eu atuava como juiz.

Possuía dois belos olhos azuis, que ela, provavelmente, herdara da avó materna, uma Spinola, descendente de uma das maiores e mais famosas famílias européias, oriunda de Gênova, onde teve início no século dez.

Altamiro dedicava-lhe afeto especial, provocando até ciúmes de José Francisco e Marquinhos, que, na verdade, também a estimavam muito.

Era aluna do último ano do curso secundário do Colégio São Vicente de Paula e pretendia seguir, em Ouro Preto, a Faculdade de Farmácia, substituindo o pai quando a idade o impedisse de continuar no comando da “Pharmacia Nossa Senhora das Dores”.

Marcinha possuía muitas amigas e era disputada, em festas e danças no clube local, pelos rapazes, atraídos por sua beleza e simpatia. Diziam que o Herculano Brandão, filho e único herdeiro de um rico fazendeiro e chefe político local, falecido anos atrás, solteirão com seus quarenta e cinco anos de idade, era apaixonado pela moça, coisa que ela negava, falando que eram apenas “grandes amigos”.

O celibatário residia no casarão que pertencera ao avô, e depois ao pai, construído no meio de um aprazível parque arborizado, em um canto da cidade. Viajava muito ao Rio de Janeiro, onde possuía um apartamento em Copacabana e, algumas vezes, à França, onde tinha parentes.

Fazendo um parêntese nesta, digamos, “reportagem” sobre a família Almeida, peço permissão aos leitores para revelar-lhes alguns aspectos característicos de meus hábitos pessoais e profissionais.

Começo por dizer que sempre fui homem de hábitos morigerados e, naqueles tempos de Juiz, levantava-me, impreterivelmente, às seis horas da manhã, fizesse frio, calor, chuva ou sol.

Tomava café, depois das abluções matinais, com a mesa farta de guloseimas mineiras: café-com-leite, coalhada, broinhas de fubá, brevidades e biscoitos “quebra-quebra” de polvilho. Esse cardápio era responsável por meu excesso de peso que, vez e outra, a balança acusava. E isto era sempre lembrado por minha mulher, a quem respondia, invariavelmente:

- E a culpa é sua, “dona” Arminda, pois faz coisas deliciosas em nosso fogão de lenha!

Mais ou menos às seis e trinta minutos eu me dirigia ao clube, do qual era sócio, vestia calção de banho e nadava duzentos metros na piscina. Depois tomava uma ducha natural que jorrava de um cano grosso do qual descia forte jato de água. Em seguida me enxugava e regressava à casa mais ou menos às sete e vinte minutos.

Às sete e trinta, impreterivelmente, fechava-me no gabinete de trabalho, repleto de livros e processos judiciais, e trabalhava até dez horas da manhã, despachando o expediente forense.

Às dez horas e trinta minutos, pontualmente, eu dava entrada no prédio do Fórum, onde já transitavam os amáveis e eficientes serventuários da justiça, advogados, promotor e todo o pessoal que gravitava em torno do judiciário local.

Meu primeiro expediente durava até meio dia e trinta, com despachos, intimações, audiências com o promotor, advogados, atribuições normais dos Juizes de Direito, ficando para a parte da tarde as audiências de instrução e julgamento, sessões do Júri e outras atividades do contencioso.

Foi no expediente da manhã que, certo dia, recebi no Fórum a visita do farmacêutico Altamiro de Almeida.

Quando examinava processos em meu gabinete, um serventuário bateu discretamente na porta. Mandei-o entrar. Aproximou-se e, meio sem jeito, me disse:

- Doutor Alcino, desculpe interromper... Mas chegou ao Fórum, muito transtornado, o senhor Altamiro de Almeida, pedindo para ser recebido pelo senhor...

Não gostei muito da interrupção, pois eu estava examinando, para decisão final, uma questão complexa e litigiosa que envolvia pessoas conhecidas da cidade. E respondi:

- Mas, “seu” Madureira, no momento estou muito ocupado. Vamos marcar outra hora para receber o Altamiro. Veja, por favor, meu caderno de audiências.

O serventuário, homem idoso, dedicadíssimo ao trabalho, insistiu:

- O senhor me desculpe, doutor Alcino, mas o senhor Altamiro está muito nervoso. Talvez fosse melhor recebê-lo.

- Nervoso, “seu” Madureira? Por quê nervoso?... O que aconteceu?

- Deve ser coisa séria, doutor, pois nunca o vi tão abalado - informou o serventuário.

- Está bem, “seu” Madureira. Mande-o entrar.

Interrompi a leitura do processo e, por alguns segundos, refleti sobre a personalidade daquele simpático farmacêutico. Era um homem afável, prestativo, amigo de todo o mundo, a quem servia com prazer, procurando ser útil. Os médicos da cidade o estimavam, pois jamais tentara substituí-los, como fazem muitos farmacêuticos, indicando remédios ou desrespeitando receitas.

Sempre achei que fosse um homem feliz, pois formara uma família encantadora, estava em boa situação financeira, desfrutava de prestígio social e consideração dos moradores da cidade.

Foi, portanto, com enorme surpresa que, naquela manhã chuvosa do mês de março, tomei conhecimento do terrível drama que se abatera sobre a vida do proprietário da “Pharmacia Nossa Senhora das Dores”.

O relato que ouvi, naquela manhã, deixou-me estupefato, pois nunca imaginei que uma pacata cidade do interior mineiro pudesse ser palco de acontecimentos tão surpreendentes.

Quando Altamiro de Almeida entrou em meu gabinete de trabalho, caminhando lenta e pesadamente, com o corpo ligeiramente vergado, avistei um homem devastado por profundo sofrimento humano.

Levantei-me, fui ao seu encontro, estendi-lhe a mão e o convidei a sentar-se no sofá que integrava o conjunto de móveis do gabinete.

Sentei-me ao lado dele e, vendo-o calado e hesitante, procurei deixá-lo à vontade, dizendo banalidades:

- Então, meu caro Altamiro, como vai a farmácia? E dona Diva, o José Francisco, o...

Não cheguei a completar a frase, pois, de repente, o farmacêutico se levantou e, chorando convulsivamente, caiu de joelhos diante da poltrona onde eu me encontrava, apertou-me a perna e exclamou, desesperado:

- Doutor Alcino, doutor Alcino, me ajude, pelo amor de Deus, me ajude!...

Atônito, levantei-me, peguei os braços do recém-chegado e o fiz erguer-se:

- O que é isto, Altamiro?! Levante-se, meu amigo, por favor, não faça isto!

Forcei-o a sentar-se e fiquei a seu lado, continuando a dizer, penalizado:

- Acalme-se, por favor, acalme-se meu caro! O que aconteceu?!

Mas o farmacêutico continuava a chorar. E o fazia dominado por um estado emocional próximo da histeria.

Levantei-me, caminhei até uma pequena mesa sobre a qual se achava uma moringa com água. Enchi um copo e voltei para junto dele, dizendo-lhe, preocupado com a enorme angústia que o oprimia:

- Beba, Altamiro, beba este copo de água. Vai lhe fazer bem. E procure ficar calmo. Por favor, fique calmo.

Altamiro sorveu todo o copo e, com um lenço, começou a secar as lágrimas que desciam dos olhos.

- Quer mais um copo, Altamiro?

- Quero sim, doutor Alcino... Por favor, mais um copo de água...

Voltei à moringa, enchi outro copo e o entreguei ao visitante, que o bebeu até o fim. Depois, mais calmo, falou-me:

- Me perdoe, doutor Alcino, me perdoe. Estou tomando seu tempo, perturbando...

- Não se preocupe, meu caro, fique à vontade. Tenho todo o tempo para ouvi-lo. Só quero que se acalme, e me diga o que aconteceu.

Levantei-me e caminhei até a porta de entrada, avisando:

- Vou pedir que não nos interrompam.

Abri a porta, avistei “seu” Madureira e recomendei:

- Senhor Madureira, por favor, não deixe que ninguém nos incomode.

Voltei a sentar-me ao lado do farmacêutico, apertei-lhe a mão e lhe disse, afetuosamente:

- Agora podemos conversar tranqüilamente, ninguém vai nos perturbar.

Altamiro enxugou os olhos e, com o lenço, assoou o nariz. Depois, mais calmo, mas ainda com voz trêmula, falou:

- Doutor Alcino, estou passando por uma crise terrível, uma coisa inimaginável!

- Que espécie de crise, Altamiro? Crise financeira? A farmácia não vai bem?

- Não é problema financeiro, doutor Alcino, é problema de família!

Interrompeu a frase, sufocado pela aflição. Abaixou a cabeça e completou:

- Minha família está despedaçada, doutor Alcino!

E voltou a chorar, desesperado.

- Acalme-se, Altamiro, me conte o que está acontecendo! – disse-lhe, então, impressionado com seu estado.

Ficou mais calmo, enxugou os olhos e, pouco depois, voltou a falar de sua tragédia pessoal:

- Estou sofrendo a pior de todas as crises, doutor Alcino! Uma crise que está destruindo minha família!

Parou por alguns instantes, como para recuperar as forças, dominado por uma irreprimível inquietude, uma penosa lassidão.

Discretamente, aproveitando a pausa, comecei a examiná-lo com um compassivo interesse humano. Percebi, então, naquele rosto que sempre julguei equilibrado, qualquer coisa caótica e desordenada.

- Alguma doença séria na família, Altamiro? – perguntei pouco depois.

- Não, não... Quer dizer, há sim, há uma doença, talvez a pior de todas, a doença moral...

- Moral, Altamiro, como moral?...

- O senhor conhece bem minha família: Diva, minha mulher, os filhos, José Francisco, Marquinhos, a Márcia...

- Conheço, conheço bem e os estimo muito. A Arminda, minha mulher, é amiga de dona Diva. O senhor tem uma família...

- Uma família dilacerada, doutor Alcino! – interrompeu bruscamente meu interlocutor.

- Não estou entendendo, Altamiro. Dilacerada?! Como dilacerada?!

O que ouvi a partir desta pergunta foram revelações lamentáveis, pungentes, dolorosas, mostrando que a tragédia humana é universal, não tem pátria, lugar, época ou classe social.

Nunca poderia imaginar que semelhantes fatos pudessem ocorrer numa pequena cidade, perdida entre as montanhas, com moradores enclausurados em si mesmos, solitários e conformados.

Recordei, então, a frase de Dostoievski: “O duelo entre Deus e o Diabo é aqui mesmo na terra, e o campo de batalha o coração humano”.

Diante de mim, alquebrado pelo sofrimento, via um ser humano em cujo coração estrugia uma grande batalha. Penalizado, esperei que recuperasse um pouco as forças.

Depois ele continuou e me confidenciou sofredamente o drama que se abatera sobre sua família.

Começou pelo filho mais velho, José Francisco, vítima, segundo ele, de uma atração irresistível por maus e temerários negócios que sempre o afundavam em dívidas.

Mas o filho, habituado ao socorro financeiro do pai, começou a se meter, cada vez mais, em perigosas parcerias com supostos amigos, adquirindo, inclusive, uma linha intermunicipal de ônibus que, em pouco tempo, foi alvo de pressões de concorrentes que monopolizavam o transporte na região. O resultado foi o individamento cada vez maior do grupo, ao qual José Francisco se associara, até chegar à falência.

Para agravar ainda mais a difícil situação financeira, José Francisco, além de recorrer ao pai, também assumia dívidas com agiotas e moradores suspeitos da cidade.

Os recursos financeiros que o farmacêutico concedia ao filho não eram inexgotáveis, evidentemente. Isto obrigou Altamiro a recusar-lhe quantias mais altas. Mas o filho, não se conformando com as restrições do pai, e acreditando que ele guardasse boas reservas em bancos e no cofre da farmácia, começou a exigir dinheiro cada vez mais agressivamente.

Certa noite eclodiu em sua casa, que ficava atrás da farmácia, uma cena assustadora: o filho chamou o pai para um canto e, aos gritos, pediu-lhe uma quantia elevada, dizendo que fora ameaçado de morte se não quitasse uma dívida.

- Expliquei que não dispunha daquela quantia e não poderia obtê-la em curto prazo – relatou Altamiro. - Mas o José Francisco não se conformou e, muito transtornado, pediu que eu vendesse a farmácia, que lhe conseguisse de qualquer maneira o dinheiro.

- Avançou contra mim e, cerrando os punhos, explodiu, fora de si:

- Me arranje este dinheiro, papai! Pelo amor de Deus, dê um jeito, peça dinheiro emprestado, senão vão me matar!

Depois contou que Dona Diva, apavorada, chegou dos fundos da casa, chorando, pedindo ao filho que se acalmasse, que não agredisse o pai.

Vendo a mãe naquele estado, José Francisco abraçou-a e lhe disse, desesperado:

- Vão me matar, mamãe, vão me matar! E papai não quer me socorrer!

- Socorrer como, José Francisco?! Só se vender a farmácia, que já está penhorada! – respondi.

- Pois então venda, venda esta porcaria! – gritou o filho, afastando-se.

Disse o farmacêutico, em seguida, que, tanto ele como a mulher, não fecharam os olhos naquela noite.

No dia seguinte, bem cedo, dona Diva foi à Igreja, levando grãos de milho, sobre os quais, rezando com mais angústia do que fervor, ficou ajoelhada durante horas, pedindo socorro a Deus e a Nossa Senhora das Dores.

Voltou para casa com os joelhos sangrando.

Juntando todas as economias, e recorrendo a amigos, Altamiro conseguiu a metade do dinheiro para livrar o filho da ameaça de morte.

Permanecemos mais alguns instantes em silêncio, contristados. Depois Altamiro retomou o relato:

- Aquele não foi o único dissabor de minha vida., doutor Alcino. Outro, talvez pior ainda, envolveu o pobre do Marquinhos.

- O Marquinhos? – perguntei. – Teve também problemas financeiros, Altamiro?

- Não, doutor Alcino. O Marquinhos nunca se meteu em negócios e sempre foi muito econômico. Todo o dinheiro que lhe dava, comprava livros. Livros políticos, sobre socialismo, comunismo, filosofia.

- O entusiasmo do rapaz pelas idéias socialistas, me deixava muito preocupado, pois a situação política no Brasil, como o senhor sabe, se agravou muito após o levante comunista de 35, a tentativa de golpe dos integralistas, a repressão em todo o país, a instituição do Estado Novo.

- Tudo isto é triste, meu caro. Pior do que triste, é trágico!

- E foi a causa de uma terrível violência, uma infame crueldade que fizeram a meu filho.

- Crueldade, Altamiro, onde foi isto? Aqui na cidade?

- Não, doutor Alcino, em Belo Horizonte. O Marquinho foi à capital para uma reunião de estudantes que lutavam contra Getúlio. A Polícia, informada da reunião, invadiu o local, prendeu vários deles, inclusive meu filho.

Altamiro de Almeida fez outra pausa, cada vez mais emocionado.

Depois continuou, com voz trêmula:

- Levaram o menino para uma sala da polícia política. E lá o interrogaram durante horas, querendo que denunciasse os colegas e “bandidos comunistas”, como gritavam, entre bofetadas. O Marquinhos pode ter todos os defeitos, doutor Alcino, menos o de delator. Não denunciou ninguém.

Vi que fazia grande esforço para prosseguir, tal a emoção que o dominava. Mas, depois, exausto de sofrer, com a energia quase o abandonando, completou:

- Enfurecidos, acabaram por amarrar Marquinhos num “pau-de-arara” e, com duas talas, arrebataram os testículos do rapaz!

- Deus do céu! - exclamei, estarrecido. - Que coisa horrível, Altamiro! Eu não sabia nada disso!

Depois de nova e sofrida pausa, o farmacêutico contou que, através de amigos influentes de Belo Horizonte, conseguiu tirar o filho da prisão e o trouxe para casa.

- O rapaz estava arrasado, o corpo cheio de ferimentos, o olhar desvairado. Fiquei com medo que enlouquecesse, ou se matasse!

Interrompeu a narrativa, bebeu a água que lhe ofereci, e continuou:

- Durante dias não saiu do quarto, se alimentou pessimamente, e se fechou num mutismo que nos deixou apavorados.

- Faço idéia, faço idéia de como ele e vocês sofreram, Altamiro!

- E ainda sofremos, doutor Alcino. Um sofrimento indescritível! Não sabemos o que pode acontecer ao nosso filho!

- Que miséria, meu amigo! Que coisa triste o que esta ditadura fascista está fazendo ao Brasil! E o pior é que a Justiça está de mãos amarradas, os tribunais amordaçados, os órgãos policiais reprimindo, cada vez com mais violência, as manifestações democráticas do povo. Além disso, para agravar a situação, esta ameaça de nova guerra mundial!

Dizendo isto, levantei-me e falei ao visitante:

- Espere um pouco, Altamiro. Vou pedir um café para nós dois.

Abri a porta e fui providenciar café na pequena cantina do Fórum.

Voltei ao gabinete com uma empregada que trazia café, refresco e biscoitos. Bebemos e comemos em silêncio, abatidos diante daqueles fatos abomináveis.

Depois Altamiro, meio indeciso, falou-me:

- Estou tomando seu tempo, doutor Alcino. O senhor me desculpe...Acho melhor me despedir...

- De forma alguma, Altamiro! Não se preocupe. É muito triste tudo o que o você me fala e não sei como poderei ser útil.

- O senhor é um homem justo, acostumado a julgar e aconselhar. No meu caso o que preciso não é de absolvição, ou de condenação, mas de conselho, pois não sei o que fazer para salvar minha família, com tantas desgraças que até me impedem de raciocinar.

- Sempre hesitei em dar conselhos, Altamiro. É perigoso, pois muitas vezes um conselho pode ser bom, mas também pode ser o contrário, pois modifica, para melhor, ou para pior, a situação de quem o recebe.

- Chego até a pensar que o que eu mais preciso, doutor Alcino, não é de conselho, mas de piedade. Minha vida, e de minha mulher, tem sido ultimamente um inferno, do qual não sei como sair.

Depois de pequena pausa, continuou:

- Mas o pior ainda não contei ao senhor. O que está acontecendo a meus filhos homens não se compara ao que está sofrendo a Marcinha.

- Marcinha?! Também ela, sua filha caçula?!

- Ela mesma, doutor Alcino. A Marcinha, que amo tanto e já nos deu tantas alegrias...

- Mas o que está ocorrendo com a menina, Santo Deus?!

Com os olhos umedecidos, o farmacêutico começou, então, a narrar os inacreditáveis acontecimentos que envolviam a filha, que tinha apenas dezesseis anos de idade.

Começou por dizer que, algum tempo atrás, percebera o desaparecimento, na farmácia, de pequenas quantidades de morfina, conservada em recipiente especial.

O fato foi se repetindo periodicamente, o que o levou, a princípio, a suspeitar do Evaristo, empregado da farmácia.

Certa noite, no entanto, com a farmácia fechada, ouviu ruídos, abriu cuidadosamente a porta interna, de comunicação com a residência, e avistou a filha retirando certa quantidade da droga, que embrulhou e guardou na bolsa.

- Não quis interrogá-la, - falou o farmacêutico - e preferi segui-la de longe, quando deixou a farmácia, seguiu por uma rua afastada e se aproximou da casa do Herculano Brandão, aquele solteirão rico, de quem já lhe falei.

- Como o casarão estivesse localizado em meio a um bosque de grandes árvores, foi fácil aproximar-me e, por uma janela, observar o interior, sem ser visto.

Naquele ponto nova e grande emoção sufocou-lhe a voz. Calou-se, o rosto pálido, o olhar marcado por um lampejo de desvario. Cheguei a temer que sofresse um ataque cardíaco.

Depois de alguns instantes, com enorme esforço, conseguiu explicar, balbuciante:

- O que vi, doutor Alcino, foi a coisa mais terrível e vergonhosa de minha vida! Dois ou três rapazes estavam naquela sala, inteiramente nus, beijando-se, acariciando-se, consumindo a morfina que Marcinha trouxera.

- E ela, a Marcinha, estava também na sala?

- Estava, doutor... Despida, estendida no sofá com o Herculano!

- Deus do céu! - exclamei, atônito - E o que o senhor fez, Altamiro, vendo esta cena inqualificável?!

O farmacêutico custou a responder-me. Prostrava-o um estado de aniquilamento tão grande que o fazia estremecer. Mas acabou falando, com voz balbuciada:

- Fiquei parado, sem forças para invadir aquela sala. Depois me afastei, voltei para casa, joguei-me chorando numa cadeira, enquanto Diva, de joelhos, rezava, rezava sem parar.

Não agüentei mais. Levantei-me, pronto para tomar uma providência. E disse ao farmacêutico, que ainda mantinha os olhos abaixados:

- Vou ordenar a prisão daquele degenerado! Tenho todos os motivos e

razões para prendê-lo: corrupção de menor, consumo de droga, perversão e orgia!

Ouvindo-me dizer isto, Altamiro também se levantou e apavorado, aproximou-se para pedir:

- Não, não, doutor Alcino! Não faça isto, pelo amor de Deus! Vai ser um escândalo, um golpe mortal para minha filha, para minha família!

- Mas não posso permitir isto, Altamiro! Exerço também a função de Juiz de Menores! Sua filha foi corrompida por aquele indivíduo, forçada, certamente, a furtar a morfina e, com ela, participar de orgias naquela casa! Isto é ultrajante, é uma agressão à lei! Não posso permitir isto!

Arquejante, exausto de sofrer, o farmacêutico tombou no sofá, voltando a suplicar:

- Pelo amor de Deus, doutor Alcino, isto vai acabar com a vida da Marcinha!... Minha mulher não vai agüentar a vergonha, receio que o José Francisco mate aquele desgraçado!

Voltei a sentar-me, confuso, sem saber o que fazer. Fiquei longo tempo em silêncio, concatenando as idéias, enquanto meu interlocutor esperava com uma atenção lancinante.

Tomei, afinal, uma decisão e a transmiti ao farmacêutico:

- A única coisa que lhe posso recomendar, Altamiro, é vender a farmácia, pagar as dívidas do filho e deixar esta cidade. Aqui você e sua família não podem mais ficar. Tem algum parente em outra cidade?

- Meu irmão Carlos Eugênio mora em São Paulo. É médico, trabalha muito e está bem de vida.

- Pois vá para São Paulo, procure seu irmão. Ele pode ajudar, conseguir tratamento para a Marcinha. Aqui você não pode mais ficar diante de tudo o que aconteceu! É o que posso aconselhar, caro amigo. E o faço com enorme pesar, pois desta forma irei perder um bom amigo, um excelente farmacêutico.

Aquele foi o mais difícil conselho que dei em toda minha vida. E o dei com enorme constrangimento, pois, na verdade, sabia, no fundo da consciência, que o conselho era uma concessão, um desrespeito à lei, pois o que eu deveria fazer, como magistrado, era punir o Herculano com toda sua degradação física e moral.

Mas cedi à piedade humana e aos apelos desesperados do farmacêutico, sacrificando o que a lei e a moralidade me impunham como dever.

Depois que o farmacêutico partiu, alquebrado, como chegara, voltei para casa engolfado em dúvida, perplexidade e remorso. relatei tudo à Arminda, minha mulher, sempre muito sensata e compreensiva.

O que ela me disse, após ouvir-me com grande atenção, me surpreendeu e, novamente, me deixou perplexo.

Inicialmente, Arminda me advertiu que tudo o que iria falar, envolvendo a família de Altamiro de Almeida, lhe fora confidenciado pela própria esposa do farmacêutico, dona Diva, com a qual, de longa data, mantinha uma amizade que o tempo foi pouco a pouco estreitando.

Não eram, na verdade, informações, mas confidências íntimas, feitas com pesar e, não raras vezes, com sofrimento.

Ela própria, Arminda, minha mulher, ficou espantada quando ouviu de dona Diva revelações surpreendentes do temperamento, hábitos e comportamento dos membros daquela família: do próprio farmacêutico e de seus três filhos: José Francisco, Marquinhos e Márcia. Revelações que, na verdade, entravam em contradição com o que o farmacêutico me expusera no Fórum.

Dona Diva, ao revelar a Arminda a intimidade da família Almeida, confirmou, em primeiro lugar, as tempestuosas relações do farmacêutico com o filho mais velho, José Francisco, revelando que, efetivamente, os dois, pai e filho, muitas vezes se desentendiam, acaloradamente, a respeito não só de maus negócios e ligações com indivíduos suspeitos da cidade, mas principalmente com as freqüentes noitadas com mulheres e companheiros de baralho, chegando em casa ao amanhecer, muitas vezes embriagado.

Vendo o filho dormir até perto de meio-dia, Altamiro ia esmurrar a porta do quarto, censurando-lhe, aos gritos, os hábitos que o transformavam em ‘boêmio, inútil e vagabundo’.

- José Francisco – contou Arminda – levantava-se estremunhado, sem responder ao pai. Vestia-se apressadamente e saía de casa sem almoçar, o que aumentava ainda mais a cólera de Altamiro. Quando começou a se meter em negócios desonestos, a fúria do pai provocou incidentes ainda mais graves em casa.

- Certa ocasião - relatou dona Diva – o Altamiro avançou contra o filho, os punhos cerrados, pronto para esmurrá-lo. Consegui evitar que se agredissem e afastei o José Francisco da sala.

Neste ponto minha mulher interrompeu o relato para beber um copo de leite. Fiquei meditando sobre as contradições entre o que o farmacêutico me narrara, chorando, naquela triste manhã no Fórum, e aquilo que Arminda então me dizia.

Comentei então com ela:

- Estranho, Arminda. O Altamiro me contou exatamente o contrário, dizendo que o filho quase o agredira, desesperado com a recusa em lhe dar dinheiro, pois estava ameaçado de morte pelos sócios nos negócios.

- A Diva me disse que isto era falso, que não havia nenhuma ameaça de morte, e que o José Francisco arrancava dinheiro do pai para jogar, viajar para o Rio, embebedar-se, fazer farras com mulheres.

- Como é difícil entender o ser humano, Arminda! – ponderei, penalizado. - E como a gente se engana com as pessoas! Vai ver que com o Marquinhos era a mesma coisa!

Arminda contou-me, então, que o farmacêutico também se desentendia muito com o Marquinhos, provocando discussões exaltadas, criticando as idéias políticas do rapaz, alertando-o para os perigos de sua atividade “extremista e desatinada”, irritando o filho, que várias vezes saía de casa, batendo a porta.

- “O Altamiro só foi a Belo Horizonte – esclareceu Diva – porque amigos

advertiram que o Marquinhos corria perigo de vida.

- Voltando da capital foi impiedoso com o filho, dizendo que tudo o que ele sofrera “era consequência das idéias revolucionárias do Luiz Carlos Prestes”, que ele adotava.

- E sobre a filha, a Marcinha, dona Diva disse alguma coisa? – indaguei.

- Disse sim, Alcino. Contou que o pai lhe dedicava uma afeição sufocante e repressiva. Quando descobria algum namoro da filha ficava transtornado, chegando a acompanhá-la, de longe, quando saía com algum rapaz, sobre o qual passava a fazer cerrada investigação. E ela namorava constantemente, em festas, clubes e até em recantos isolados da cidade.

- O Altamiro sofria com tudo isso. Não por zelo de pai – disse-me Diva. – mas por ciúme, um ciúme mórbido que o fazia sofrer.

- Falou alguma coisa sobre o furto da morfina, as orgias na casa do Herculano?

- Me lembro – informou Diva – que naquela noite seguiu a Marcinha até a casa do Herculano. Quando voltou, parecia transfigurado, dizendo que “a Marcinha estava desonrada”.

Custei a adormecer naquela noite, afetado pelo que Arminda me contara.

Meditei sobre aquelas estranhas contradições, lembrando-me das reflexões de Montaigne nos “Ensaaios”, em cujo capítulo, “Dos Mentirosos”, o grande pensador escreveu que “os gramáticos estabeleceram uma diferença entre dizer uma mentira e mentir”, explicando, em seguida, naquele livro de sabedoria eterna:

“Dizer uma mentira é, na opinião deles, adiantar uma coisa falsa que a gente crê verdadeira, ao passo que na língua latina, da qual provém a nossa, mentir é falar contra a própria consciência. Tais pessoas ou inventam o que dizem, ou se limitam a deturpar e alterar um fundo de verdade”.

Quem estaria mentindo, fiquei pensando: o Altamiro, dona Diva, minha própria mulher?

Aquelas foram perguntas sem respostas, responsáveis por minha insônia naquela noite.

Meditei muito sobre as relações entre pais e filhos, tema de aprofundados estudos de psicólogos e educadores. E voltei ao velho prefeito de Bordéus, Michel Eyquem, senhor de Montaigne, que também se preocupava muito com a educação das crianças, escrevendo sábios pensamentos, como este:

“Entendo que a maior e mais importante dificuldade da ciência humana parece residir no que concerne à instrução e à educação da criança”.

“O mesmo acontece na agricultura: – prossegue Montaigne nos “Ensaaios”– o que precede à sementeira é certo e fácil; e também plantar. Mas depois de brotar o que se plantou, difíceis e variadas são as maneiras de tratá-los. Assim os homens: pouco custa semeá-los, mas depois de nascidos, educá-los e instruí-los é tarefa complexa, trabalhosa e temível”.

Como Altamiro e dona Diva educaram seus três filhos? Pelo que estava

ocorrendo, trazido ao meu conhecimento, comecei a suspeitar que não tivessem sido bons educadores. Dona Diva parecia preferir conselhos e prédicas do pároco da cidade, induzida a rezar, piedosa e fanaticamente, a ponto de ajoelhar-se sobre grãos de milho, cumprindo longas e dolorosas penitências, rezando terços e novenas intermináveis.

E o Altamiro, talvez apegado demais à farmácia, descuidando dos filhos e da formação de sua personalidade, omitindo-se diante do que os pedagogos chamam de “*busca de apoio*”, levava os filhos a buscar *pontos de apoio*, provavelmente inconvenientes, fora de casa, gerando insegurança, timidez, instabilidade de caráter, influências nocivas, submissão, revolta, etc.

“Quem está com a verdade? Altamiro, dona Diva? Os pais, os filhos? – perguntei a mim mesmo. – E o que é mais importante: a hereditariedade, o meio ambiente?”

Lembrei-me do que um psicólogo escrevera que “esta é uma pergunta desprovida de sentido, pois cada um desses elementos, formadores da personalidade de cada indivíduo, é absolutamente essencial”.

Não tive dúvidas, no caso da família Almeida, de que a influência familiar falira diante da influência do meio ambiente. E também que José Francisco, Marquinhos e Márcia buscavam *pontos de apoio* independentes dos pais, o primeiro na ganância dos negócios, na boemia e nos falsos amigos; Marquinhos nas idéias avançadas que não o socorriam nas horas difíceis; Marcinha no prazer físico e na sensualidade.

Aquela foi uma péssima noite, como já disse. Só consegui dormir de madrugada e, no Fórum, no dia seguinte, estudei com lentidão os processos sob meu exame.

Quase ao fim do expediente, entrou-me novamente pelo gabinete o farmacêutico Altamiro de Almeida, nada lembrando aquele homem arrasado que, na véspera, se ajoelhou, chorando, e me narrara coisas espantosas de sua vida.

Tinha o rosto severo, endurecido, com uma gravidade que me surpreendeu.

Convidei-o a sentar-se. Mas ele recusou e, de pé, com voz firme, anunciou:

- Obrigado, doutor Alcino. Só vim me entregar. Acabo de matar o senhor Herculano Brandão!

A notícia do assassinato de Herculano Brandão espalhou-se com rapidez espantosa pela cidade e região, traumatizando moradores e se transformando em acontecimento central de todas as conversas.

Como fora cometido poucos antes de Altamiro fazer sua confissão no Fórum, chamei o delegado de Polícia e determinei a prisão em flagrante do farmacêutico, pedindo que ficasse detido em cela especial da delegacia.

Depois iniciamos os procedimentos habituais fixados pelo Código do Processo Penal: inquérito policial, vistas ao Ministério Público para denúncia, recebimento da denúncia, instrução para pronúncia, etc.

Altamiro de Almeida fez uma detalhada confissão do assassinato de

Herculano Brandão.

Relatou, com uma tranqüilidade que me surpreendeu, que, por volta de quatro horas da tarde, trabalhando normalmente, viu Herculano chegar à farmácia.

Bem vestido, penteado, exalando perfume francês, cumprimentou uma freguesa, senhora idosa que esperava a manipulação de um remédio, aproximou-se do farmacêutico e perguntou:

- Boa tarde, senhor Altamiro. Posso falar com a Marcinha?

Altamiro nada respondeu, caminhou alguns passos, abriu uma gaveta ao lado da máquina registradora, apanhou um revólver, apontou-o para o recém-chegado e atirou três vezes, ferindo-o no peito e no braço esquerdo.

A freguesa idosa, espantadíssima, soltou um grito e desmaiou, enquanto o Evaristo veio correndo, apavorado, da sala dos fundos, onde aviava receitas.

Herculano, cambaleante, sangrando muito, recuou, amparou-se na porta de entrada do estabelecimento, enquanto Altamiro, contornando o balcão, aproximou-se dele e fez mais dois disparos, um deles atingindo o coração, fazendo-o tombar, morto, ao pé da porta.

Em seguida, impassível, o farmacêutico colocou o chapéu na cabeça, atravessou a praça, subiu a escadaria do Fórum e foi entregar-se a mim.

Não houve tumulto na cidade. Apenas uma grande comoção formou grupos de moradores no centro da cidade e levou pequena multidão a aglomerar-se diante da delegacia, na qual o farmacêutico estava preso.

O delegado, homem austero e competente, conduziu as investigações, fez perícias na farmácia e residência do criminoso e, finalmente, no casarão do Herculano, seguindo os trâmites normais de um caso de alçada da Polícia, do Ministério Público e da Justiça.

TERCEIRA PARTE

DEFESA DA HONRA

O júri onde Altamiro de Almeida foi julgado ocorreu aproximadamente oito meses depois do assassinato. Foi um dos mais importantes de minha carreira.

O júri sempre foi um acontecimento solene e emocionante na atividade dos juízes. Sua realização, em todas as comarcas onde trabalhei, modificava substancialmente minha rotina de trabalho.

Arminda, minha dedicada companheira de tantos anos, parecia compenetrar-se intimamente da relevância do tribunal do júri.

Quando se marcava a data para determinado julgamento, Arminda ia examinar detalhadamente minha beca e, como se fosse um traje sacerdotal, sacralizado pelo respeito e a tradição, limpava-a e passava-a com cuidado quase religioso.

Nunca entregou esta função a filho, ou empregada, fazendo, inclusive, questão de ajudar-me a vesti-la no dia do júri.

Como, recentemente, nos mudáramos para nova residência, maior e com um bom terreno nos fundos, no qual Arminda plantou variada horta, criou galinhas, perus e até coelhos, e como a casa ficava um pouco distante do Fórum, minha mulher, naquele dia, carregou pessoalmente a beca, coberta com uma toalha impecavelmente limpa.

Em meu gabinete, no Fórum, ajudou-me, com todo cuidado, a vestir o solene traje de juiz-presidente do júri.

O tribunal do júri acabava sendo acontecimento especial na vida da cidade, infundindo respeito como cerimônia de antiquíssimas tradições.

Antes de iniciar a sessão, eu reunia os jurados em meu gabinete e lhes expunha o significado do julgamento que iriam decidir pelo voto.

Dizia-lhes, inicialmente, que o vocábulo *juri* procedia do inglês *jury*, nascido no século treze, adotado na França em 1588, com o significado de “jurar”, “prestar juramento”, “jurar em juízo”.

Fazia-lhes, em seguida, um rápido retrospecto histórico de tribunais com características semelhantes ao júri atual, já existentes na antiguidade greco-romana, esclarecendo que, no Brasil, o júri foi introduzido a partir da Independência, em 1822 e consagrado na constituição imperial de 1824, mantido nas constituições republicanas, com exceção do arremedo de constituição promulgada por Vargas em 1937, que o transferiu para lei ordinária.

Minha tradicional explanação aos atentos jurados terminava com a conceituação do júri como tribunal composto por juízes profissionais, togados, e pessoas leigas, selecionadas, por sua idoneidade e isenção, entre os moradores da cidade, às quais se outorgava, no final do processo de julgamento, o poder de

decidir se o réu era culpado ou inocente, ficando para o juiz-presidente a prerrogativa de lavrar a sentença, “com fundamento no que tenha sido exposto e decidido”.

Terminada minha explanação, ouvida com respeitoso silêncio, seguiam os jurados para a sala do júri, indo ocupar o espaço que lhes era reservado. Só depois disso, já presentes promotor, advogado e público autorizado a acompanhar a sessão, eu dava entrada no recinto, com todos de pé, e ia sentar-me na cadeira da presidência do júri. E ele, solenemente, tinha início.

O irmão médico de Altamiro de Almeida, residente em São Paulo, contratara um famoso advogado criminalista para atuar como defensor, enquanto um tio de Herculano Brandão, residente em Belo Horizonte, fizera o mesmo com outro advogado, também de nomeada, para atuar na acusação, complementando a função da promotoria.

Recordo-me que aquele foi um julgamento histórico na comarca, principalmente pelos notáveis duelos de oratória e sagacidade jurídica que envolveram defesa e acusação.

Foi, realmente, um duelo, não exatamente entre Deus e o Diabo, como formulado por Dostoievski, mas entre a verdade e a dissimulação da mentira, pois, como de hábito, tanto defensor, como acusador, geralmente camuflam a verdade, ou vestem a mentira com uma roupagem fantasiosa e matreira.

No julgamento de Altamiro de Almeida houve hábeis manifestações de dissimulação da verdade, nunca, entretanto, a ponto de negá-la, ou ofendê-la.

Ambos, o advogado de defesa, treinado nas tumultuadas lides forenses de São Paulo, e o de acusação, experimentado nos embates jurídicos de Belo Horizonte, além do correto promotor de justiça da comarca, revelaram-se pessoas honradas, impondo competência e firme atuação.

Ouvindo-os, com suas exposições, análises, inquirições testemunhais, réplicas e trélicas, jurados, funcionários forenses e espectadores, que lotavam a sala, iam pouco a pouco formando sua opinião. Opinião, muitas vezes contraditada por fatos supervenientes que destruíam o anterior convencimento.

O que, na verdade, pretendiam, defesa e acusação, era influenciar os jurados, neles inculcando presunções capazes de formar julgamento definitivo.

Naquela sala acontecia o que os psicólogos chamam de “compreensão dos homens, uns pelos outros”, além de interações que ocorrem entre pessoas de diferente formação cultural, social e econômica, submetidas ao crivo da racionalidade.

O professor Solomon E. Asch, no livro “Psicologia Social”, explica que “cada pessoa é uma origem e um centro de efeitos psicológicos que se expandem para o interior da vida de outros, produzindo interesse e compreensão, exercendo efeitos vivificadores, mortificadores ou deformadores”.

E isto eu, de fato, observava em todo o decorrer daquele júri inesquecível, de um lado percebendo a força de convencimento de um

telentosíssimo jurista, lutando pela absolvição do réu; de outro, o trabalho vigoroso, mas visivelmente menos competente da acusação.

Recordo-me que a mais importante testemunha convocada pela defesa foi um dos rapazes que participaram das noitadas orgíacas na casa de Herculano Brandão.

O rapaz confessou tudo, inclusive a participação de Márcia e a distribuição de morfina aos viciados.

O defensor, arguindo a testemunha, perguntou, a certa altura, se conhecia a composição e os efeitos da morfina no organismo humano.

- Protesto! – exclamou o advogado de acusação. – A pergunta é irrelevante no caso!

- Protesto indeferido – exclamei, na presidência do Júri, sabendo que a pergunta era efetivamente importante, como, logo depois, se provou.

- Pergunta irrelevante?! – replicou, com ironia, o juriconsulto de São Paulo. É irrelevante o consumo de droga entre jovens desta cidade?

Depois completou, com sarcasmo arrasador:

- O eminente advogado de acusação parece desconhecer o que é relevante, ou irrelevante, no triste capítulo do vício e da decadência moral da juventude!

Em seguida, retomando o tom grave de antes, repetiu a pergunta à testemunha:

- Conhece a composição e os efeitos da morfina no organismo humano?

- Conheço um pouco – respondeu o rapaz, intimidado. - Sei que provém da papoula e do ópio, e é muito usada pela medicina para aliviar a dor.

- Perfeito! – aplaudiu o advogado. Mas agora gostaria de saber: o senhor sentia alguma dor quando injetou a droga na veia?

- Protesto! – gritou, desta feita, o Promotor de Justiça.

Aceitei, desta vez, o protesto e a pergunta foi eliminada dos autos. O advogado voltou-se diretamente para mim e informou:

- Vou modificar a pergunta, Meritíssimo e Eminente Doutor Juiz-Presidente.

Encarou a testemunha e, desta vez, sem laivo de ironia, perguntou:

- O senhor foi induzido a consumir a droga pelo proprietário da casa?

O rapaz ficou visivelmente confuso e seu rosto cobriu-se de vermelhidão. Então gaguejou:

- In...duzido?...

- Sim – retrucou o advogado – induzido, influenciado, estimulado pelo senhor Herculano Brandão.

- Estimulado... como? – tartamudeou a testemunha.

- Levado a viciar-se no uso da droga.

- Não sou viciado! – respondeu a testemunha com irritação. - Só usei a morfina umas duas ou três vezes!

- E não se viciou? – perguntou o defensor. – Parabens, meu rapaz, você é homem de vontade férrea!

- Protesto! – berrou o advogado de acusação. – O eminente defensor usa mais a ironia do que a inteligência na arguição da testemunha!

- Aceito o protesto – decidi – com a condição do nobre advogado de acusação evitar comentários desairosos sobre a atuação da defesa.

Logo a seguir, em vez de dirigir perguntas à testemunha, o advogado paulista, voltou-se para os jurados e fez um apanhado histórico sobre a droga consumida na casa do Herculano.

Informou, por exemplo, que em 1806, o farmacêutico alemão Friedrich Wilhelm Sertüner isolou do ópio um composto básico a que, dada a sua notável propriedade sedativa, deu o nome de morfina, sendo sua base orgânica, retirada de planta, capaz, como a amônia, de combinar-se com ácidos, formando sais e dotada de forte ação farmacológica, com o nome genérico de alcalóide.

- Os principais efeitos farmacológicos da morfina – disse a certa altura o advogado de defesa, olhando diretamente para a testemunha – ocorrem no sistema nervoso central e no músculo visceral. Seu efeito é narcótico, com alterações afetivas e torpor intelectual. Muitos que a consomem comprovam que provoca intensa sensação de euforia e bem-estar.

- Estando em ambientes confortáveis, como a bela mansão do senhor Herculano Brandão, seus consumidores seriam capazes de adormecer, e até de sonhar.

- Não foi isto o que aconteceu com você, meu caro jovem? – perguntou o advogado à testemunha, provocando novo protesto e ligeiro tumulto na sala.

Fui obrigado a acionar a campainha e pedir silêncio.

Aconteceu, naquele instante, um incidente que provocou a interrupção momentânea do júri. O rapaz, testemunha capital da estratégia de defesa, desmaiou na tribuna. Foi socorrido e retirado da sala.

Aproveitei para suspender a sessão, em intervalo de almoço, marcando a continuação para quinze horas da tarde. Antes de partir, tomei todas as providências para manter a incomunicabilidade dos jurados.

Deixando o Fórum para ir almoçar, fui cercado por diversos moradores, concentrados na praça, ansiosos por notícias do júri.

Um deles, beberrão popular na cidade, aproximou-se e me indagou, com forte bafo de cachaça:

- O matador...foi condenado à morte, Excelência?

Muita gente soltou gargalhadas. Fiz força para não fazer o mesmo e respondi, benevolente:

- O senhor não sabe que não há pena de morte no Brasil?

- Não tem pena de morte?!... Pois devia ter, devia ter!...

Afastei-me e fui almoçar. Depois descansei um pouco na velha cadeira de papai.

Às quinze horas recomeçamos o Júri.

Outra importante testemunha, um conceituado médico da cidade, convocado pelo advogado de defesa, fez juramento e deu circunstanciado parecer sobre os

efeitos da morfina em pessoas que a usam por prazer, e não como sedativo de dor.

Informou que a droga promove na pessoa uma forte euforia, bem-estar físico e mental, provocando sensações inebriantes para uns e, para outros, estímulos de prazer intenso, bloqueando repressões, levando-os a intensa excitação sexual.

Neste ponto, interrompendo os esclarecimentos da testemunha, o advogado de defesa aproximou-se dos jurados e perguntou:

- Haverá algum pai que aceitaria impassivelmente que a própria filha fosse seduzida e levada ao furto para satisfazer o vício do sedutor e de um grupo de transviados? Ficariam omissos vendo a filha, menor de idade, que um adulto, oriundo de uma família rica da cidade, levava covardemente ao vício e ao delito? Aceitaria impunemente esta desgraça, sem revoltar-se?!

E foi sentar-se.

Quando o advogado de Belo Horizonte, em seu libelo acusatório, referiu-se a Márcia como “notória namoradeira, mulher sensual, de má fama na cidade, pendendo cedo para uma vida de vício e leviandade”, os espectadores, que lotavam a sala do júri, olharam imediatamente para o farmacêutico Altamiro de Almeida, esperando sua reação. E ela veio.

Altamiro, rubro de indignação, levantou-se, disposto a agredir o ofensor.

Mas o advogado de defesa demoveu-o do intenso, fazendo-o sentar-se.

Depois solicitou ao acusador:

- Vossa Excelência me concede um aparte?

- Pois não, Excelência, desde que não seja aparte de várias horas.

O advogado levantou-se e, calmamente, falou:

- O eminente advogado-acusador, pelo que sei, é casado e tem filhos adolescentes. Sabe, portanto, que uma moça, a partir de certa idade, tem namorados e gosta de festas.

Chegou mais perto do colega e, elevando a voz, acrescentou, contundente:

- Eu o desafio, doutor advogado de acusação, a provar que Márcia de Almeida tenha sido leviana e mulher de vida airosa! Traga, por favor, provas convincentes! Do contrário poderei dizer que não ela, mas Vossa Excelência, é um leviano!

Esta fulminante intervenção do defensor provocou, como era de esperar-se, protestos e um grande tumulto, que eu interrompi, acionando insistentemente a campainha, e ameaçando esvaziar a sala.

Somente no terceiro dia, após ouvidas diversas testemunhas, o Júri aproximou-se da réplica e tréplica dos advogados e promotor.

E foi naquela fase final que as perorações da defesa e da acusação alcançaram seu ponto mais eloqüente.

O fulcro fundamental da argumentação do advogado paulista foi a legítima defesa da honra. E sua exposição se fez com grande brilhantismo e competência.

Recordo-me de que o promotor, em uma de suas intervenções, falou em “crime premeditado”.

A reação do defensor foi fulminante:

- “Crime premeditado”, afirma Vossa Excelência?! Como premeditado?! O senhor Altamiro de Almeida, percebendo o furto de morfina que a filha cometia, seguiu-a pela cidade e, oculto entre árvores, chegou à casa do senhor Herculano e, por uma janela, foi espectador do terrível espetáculo que escandalizou toda a cidade!

- Só não o matou com as próprias mãos, naquele instante, porque uma tremenda emoção o imobilizou. De tal forma, que não foi capaz de buscar arma para matá-lo.

E prosseguiu:

- Regressou à sua casa tão profundamente deprimido e abalado que foi incapaz de qualquer ação. Somente dois dias depois, completamente aniquilado, reagiu ao avistar o próprio e infame corruptor da filha chegando à farmácia e perguntando cinicamente pela moça, em gesto de provocação e coação moral insuportáveis!

Voltou-se para o promotor e, perguntou com veemência:

- Vossa Excelência não estaria confundindo premeditação com provocação?

E completou:

- Não lhe parece que foi o senhor Herculano Brandão quem premeditou a própria morte?!

A partir deste ponto o advogado de São Paulo passou a abordar o fundamento estratégico de sua atuação, iniciando uma competente análise do conceito criminológico de defesa da honra.

Citou o Código Penal, citou juristas como Nelson Hungria, Camargo Sampaio, Edgard Moura Bittencourt e, principalmente, Basileu Grcia, autor de “Instituições de Direito Penal”, do qual destacou o seguinte trecho:

“Não se precisa negar o direito da legítima defesa da honra. Basta que se invoque um dos elementos que a lei exige para que a defesa se torne legítima – a correspondência e proporção entre a injustiça da agressão e a repulsa do agente”.

Terminada a citação, comentou:

- No caso presente, qual foi a proporção entre a injustiça da agressão e a repulsa do agente? Algum pai admitiria impunemente, sem reagir, a insuportável agressão cometida contra a própria filha, seduzida por um homem adulto, conduzida ao furto de droga, levada a participar de torpes reuniões na casa de quem a infelicitou?

Apontou para o farmacêutico e perguntou:

- Não houve, no caso deste pai, uma reação legítima e insofismável de defesa da honra? De sua própria honra, da honra de sua filha, de sua família, da sociedade, da moral pública? Não cometeu esse pai crime de homicídio em afronta de gravíssimas injúrias e ultrajes assacados contra ele, sua filha, sua família e todos os homens de bem desta cidade?

O julgamento chegara ao final. Antes que os jurados se retirassem para o veredito, formulei os quesitos e me retirei para descansar em meu gabinete.

E lá fiquei meditando sobre tudo aquilo que sucedera a partir da ida de Altamiro ao Fórum, tirando mentalmente minhas conclusões, mas sabendo, perfeitamente, que a decisão final seria dos jurados, e não minha.

De volta à sala do júri, todos de pé, não foi com surpresa (de minha parte e da maioria dos que lá se encontravam) que li a sentença contendo a decisão dos jurados: Altamiro fora absolvido por unanimidade.

Foi um momento de emoção. Altamiro abraçou dona Diva, que chorava, abraçou os filhos e o advogado de defesa.

Antes de me retirar, vi que o farmacêutico me encarou com um olhar feliz e agradecido. Tenho a certeza de que percebeu em meus olhos um sentimento de íntima alegria.

Retirei a beca e fui para casa.

QUARTA PARTE

MISÉRIA E PERDÃO

Um mês depois, já livre, Altamiro vendeu a farmácia e a casa onde residia, quitou as dívidas do filho mais velho e preparou a mudança para São Paulo, com toda a família.

Antes de partir, veio, com a mulher, à minha casa, para despedir-se.

Sentamo-nos na sala de visitas, ele, dona Diva, Arminda e eu. (Pedi a meus filhos que se ausentassem, evitando constrangimento maior).

Altamiro envelhecera muito e seu rosto não disfarçava tristeza e uma secreta vergonha.

Disse-me que partiria à noite, de trem, para São Paulo e viera despedir-se e agradecer todas as gentilezas que eu lhe fizera.

- Não tem que agradecer nada, Altamiro, pois você mereceu minha estima e consideração. E agora, quando nos deixa, só posso pedir que Deus o acompanhe e o proteja em sua nova vida.

Voltou-se para mim e disse sofredamente:

- Deus não vai acompanhar um criminoso, doutor Alcino!
- Não diga isto! Você foi absolvido pelos homens e estou certo de que Deus também o absolveu e, mais do que isto, o perdoou.

Depois acrescentei:

- Disse Santo Tomaz de Aquino que “o maior benefício que se pode conceder ao homem é conduzi-lo do erro à verdade”.
- E qual é esta verdade? – perguntou-me.
- A onipotência de Deus, que “se mostra principalmente na indulgência e na misericórdia”.

Ficamos alguns instantes em silêncio, sentindo que aquela era a última vez que nos víamos.

Então perguntei:

- Vai com toda a família, Altamiro?
- Sim. Vamos embora com nossa miséria.

Ouvindo isto, dona Diva começou a chorar e recostou o rosto no ombro de Arminda.

- Você está errado dizendo isto, Altamiro! – protestei. - Não existe miséria no ser humano, pois, como disse ainda Santo Tomaz de Aquino, “Deus fez todos os homens para Sua felicidade”.

Levantei-me e acrescentei:

- Espere um pouco, Altamiro. Vou ler para você um pensamento de Pascal. Fui buscar o livro na biblioteca.

Voltando com um velho exemplar dos “Pensées”, presente de um amigo,

procurei o trecho e disse ao farmacêutico:

- Está aqui. Vou traduzir para você:

- “A grandeza do homem é tão visível que ela escapa mesmo de sua miséria. Todas as misérias provam a grandeza do homem”.

Fechei o livro e, olhando-o fixamente, completei:

- Não se deixe abater, caro Altamiro. A grandeza continua em sua alma. Reconstrua sua vida, volte a ser útil, como sempre o foi.

Altamiro e dona Diva se levantaram e o mesmo fizemos, Arminda e eu.

Abraçamo-nos, comovidos.

- Obrigado por tudo. Adeus, doutor Alcino – disse-me o farmacêutico.

- Adeus, meu caro. Mande-me notícias de São Paulo.

Nunca as mandou.

À noite, horas depois, ouvi o silvo agudo da locomotiva, puxando a composição, deixando a estação. Parecia um grito triste e lamentoso, ecoando pelas montanhas.

Senti uma grande tristeza no coração.

GERALDO SANTOS PEREIRA

RUA POMPÉIA, 39, AP. 01 - PRADO

CEP 30410-130 - TELEFAX (031) 371-4604

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS